

IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINACAO PÚBLICA S.A.

CNPJ: 37.070.559/0001-06

Balanco patrimonial - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)			
	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	30.059.841	16.146.848
Contas a receber de clientes	4	1.817.340	1.004.057
Ativo financeiro	5	21.808.083	35.612.021
Estoques	6	17.092.490	14.921.782
Tributos a recuperar	7	1.071.581	404.702
Outras contas a receber		34.289	334.058
Despesas antecipadas	8	224.327	170.545
		72.107.952	68.594.014
Não circulante			
Ativo financeiro	5	104.053.057	-
Tributos diferidos	9.1	3.916.448	1.444.004
Imobilizado	10	1.143.272	1.483.769
Intangível	11	13.866	19.067
Direito de uso - Arrendamento	15	161.625	332.527
		109.288.268	3.279.368
Total do ativo		181.396.220	71.873.381
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)					
	Capital social	Reserva Legal	Lucro acumulado	Lucro a disposição da Assembleia Geral Ordinária	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.500.000	(20.250.000)	28.643	-	20.278.643
Integralização de capital	-	-	-	-	20.250.000
Lucro líquido do exercício	-	-	8.625.749	-	8.625.749
Destinações					
Reserva legal	-	431.287	(431.287)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(1.500.000)	-	(1.500.000)
Imposto de Renda sobre JSCP	-	-	(225.000)	-	(225.000)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	(548.615)	-	(548.615)
Dividendos adicionais	-	-	(5.920.846)	5.920.846	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	40.500.000	459.931	5.920.846	46.880.777	46.880.777
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	(5.920.846)	(5.920.846)
Lucro líquido do exercício	-	-	19.514.220	-	19.514.220
Destinações					
Reserva legal	-	975.711	(975.711)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	(4.634.627)	-	(4.634.627)
Dividendos adicionais	-	-	(13.903.882)	13.903.882	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	40.500.000	1.435.642	13.903.882	55.839.523	55.839.523
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.					

Demonstrações do resultado do exercício Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)			
	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	18	93.791.528	33.463.580
Custo de construção	19	(46.910.180)	(11.597.493)
Custo de operação	19	(8.909.592)	(9.777.674)
Lucro bruto		37.971.756	12.088.413
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	19	(3.517.255)	(916.941)
Outros resultados operacionais		(412.171)	80.617
Lucro líquido operacional antes do resultado financeiro e impostos		34.866.672	11.252.088
Receitas financeiras		4.353.960	1.139.148
Despesas financeiras		(9.649.964)	(81.487)
Lucro líquido operacional antes dos impostos		29.570.668	12.309.749
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.2	(10.056.448)	(3.684.000)
Lucro líquido do exercício		19.514.220	8.625.749
Lucro líquido por ação		1,95	0,86
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			

Demonstrações do resultado abrangente Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Lucro líquido do período	19.514.220	8.625.749	8.625.749
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	19.514.220	8.625.749	8.625.749
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

1. Informações gerais - IP SUL Concessionária de Iluminação Pública S.A. ("Companhia"), adota o nome fantasia IPSUL, possui sede na Rua Dr. João Inácio, nº 1130, Bairro Navegantes, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia foi fundada em 05 de maio de 2020, registrada como Sociedade de Propósito específico - SPE, exclusivamente dedicada à execução do objeto da concorrência pública promovida pelo Município de Porto Alegre, para a concessão administrativa cujo objeto é a modernização, expansão, operação, manutenção e exploração de receitas acessórias da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública do referido Município por um prazo de 20 anos. Em 2022, seguimos com a modernização do parque, que é o principal benefício previsto na Concessão, por proporcionar a esperada melhoria na iluminação da cidade e economia de energia. Também houve um avanço significativo na parte de planejamento e projetos que vem dando suporte para uma execução eficiente e propiciando o cumprimento das regras contratuais. A manutenção teve um papel de destaque em 2022, pois a IPSUL conseguiu atender os prazos contratuais e vale ressaltar que todo o passivo de protocolos recebidos no início da Concessão foi atendido reduzindo substancialmente a taxa de falha do parque de Iluminação da cidade de Porto Alegre. A Companhia encerra 2022, atendendo às expectativas de resultados econômico-financeiros e operacionais e nos preparamos para os desafios de 2023. O principal deles: finalizar a modernização do parque de iluminação pública e cumprir seus prazos.

2. Base de preparação - 2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2023, e serão posteriormente ratificadas pela assembleia de acionistas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial. Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, que representa a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.2. Principais práticas contábeis adotadas** - As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **2.2.2. Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. A principal área que envolve estimativa e premissa é a referente a Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor a ser pago de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. **2.2.3. Ativo financeiro** - Representado pelo contrato firmado com o Poder Concedente para construir, modernizar e operar e manter o parque de iluminação pública, condicionado ao recebimento da receita não somente pela passagem do tempo, mas após cumprir a obrigação de performance de manter e operar a infraestrutura. O ativo proveniente da construção e modernização da infraestrutura é formado pelo reconhecimento da receita de construção e pela sua remuneração financeira. **2.2.4. Estoques** - Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado, e segregados em materiais para manutenção e construção do parque concedido. **2.2.5. Imobilizado** - Demonstrado ao custo, reduzido das depreciações de bens do imobilizado, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 11. Reparo e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado

para o ativo existente fluirão para a Companhia. **2.2.6. Passivo circulante e não circulante** - Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no custo de custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **2.2.7. Provisões** - As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **2.2.8. Reconhecimento de receita - Serviços de iluminação pública** - As receitas são reconhecidas (i) quando o conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **a) Receita de construção** - serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se PIS e CO-FINS e margem de construção ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente); **b) Remuneração do ativo de contrato de concessão** - juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura. Dessa forma, a soma das contraprestações futuras não representa o seu efetivo valor presente, estando o ativo financeiro sob o alcance do CPC 12 Ajuste a Valor Presente. Tal ajuste ensaja o reconhecimento de receita financeira pelo concessionário. A definição da taxa de desconto aplicada teve como parâmetro linha de eficiência energética disponibilizada pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social para prefeituras. A taxa busca especificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão, determinado na data de início de cada contrato de concessão; **c) Receita de operação e manutenção** - serviços de operação e manutenção das instalações de iluminação pública, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização. **2.2.9. Imposto de Renda e Contribuição Social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	11.910.097	204.701
Aplicações financeiras	18.149.744	15.942.147
	30.059.841	16.146.848

O saldo de equivalentes de caixa decorre em sua maioria do valor líquido das debentures recebidas em fevereiro de 2022, contraprestações recebidas menos pagamentos efetuados. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Prefeitura de Porto Alegre	1.817.340	1.004.057
	1.817.340	1.004.057

5. Ativo financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	35.612.021	8.862.081
Receita de Construção	86.363.307	20.225.187
Receita Operacional	17.071.216	17.180.040
Receita Financeira	3.110.437	608.608
Contraprestações reconhecidas	(16.295.841)	(11.263.895)
Ativo financeiro	125.861.140	35.612.021
Circulante	21.808.083	35.612.021
Não Circulante	104.053.057	-

O Ativo financeiro da Companhia é oriundo do contrato de concessão nº 72274/2020, firmado com o município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. O objeto do contrato é a concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços relativos à modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do município de Porto Alegre, com prazo de vigência de 20 anos, contado a partir da data de eficácia. O ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, indica que os contratos de concessão devem ser registrados de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 47 Receita de contrato com cliente, o método adotado para mensuração do ativo foi o de mensuração do progresso.

6. Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Material de manutenção	12.661.567	9.874.862
Estoque em trânsito	4.430.923	5.046.920
	17.092.490	14.921.782

7. Tributos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ a recuperar	1.071.581	404.702
	1.071.581	404.702

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	19.514.220	8.625.749	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido			
Depreciação e amortização	791.134	706.437	
Tributos sobre o lucro	10.056.448	3.684.000	
Tributos sobre receita de ativo financeiro diferidos	10.899.855	3.217.489	
Juros provisionados	3.606.722	80.229	
Variação monetária debentures	6.013.196	-	
Apropriação custo emissão debentures	(411.121)	-	
Resultado ajustado	51.292.696	16.313.904	
Redução(aumento) líquido nos ativos			
Ativo financeiro	(90.249.119)	(26,749,941)	
Clientes	(813.283)	(131,557)	
Estoques	(2.170.707)	(13,997,015)	
Tributos a recuperar	(666,880)	(359,178)	
Outras contas a receber	299,769	(301,004)	
Despesas antecipadas	(53,783)	(5,815)	
(Redução/aumento líquido nos passivos			
Obrigações trabalhistas	191,492	383,048	
Fornecedores	(5,364,097)	10,882,802	
Obrigações tributárias	(146,670)	5,895	
Outras contas a pagar	123,916	(1,050)	
Custos emissões debentures	(6,241,558)	-	
	(105,090,918)	(30,273,816)	
	(3,318,932)	(80,229)	
Juros pagos	-	-	
Caixa líquido gerado/consumido das atividades operacionais	(57,117,154)	(14,040,140)	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição imobilizado	(58,790)	(281,703)	
Aquisição intangível	-	-	
Caixa consumido nas atividades de investimento	(58,790)	(281,703)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	-	20,250,000	
Pagamento de arrendamentos	(397,382)	(312,479)	
Emissão de debentures	80,000,000	-	
Pagamento de dividendos e JSCP	(8,513,680)	8,513,680	
Caixa gerado nas atividades de financiamento	71,088,938	19,937,521	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	13,912,993	5,615,677	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	16,146,848	10,531,171	
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	30,059,841	16,146,848	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	13,912,993	5,615,677	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			

8. Despesas antecipadas

	31/12/2022	31/12/2021
Seguros a apropriar	224.327	170.545
	224.327	170.545

Refere-se a seguros previstos na cláusula 26 do contrato assinado junto ao poder concedente, os quais devem ser reajustados anualmente com o intuito de garantir a continuidade dos serviços, conforme contrato de concessão. **9. Tributos correntes e diferidos - 9.1. Tributos diferidos** - O PIS e a CO-FINS com compensação diferida referem-se aos débitos calculados sobre as receitas de construção relativas à formação do ativo financeiro, diferidos pelo prazo de amortização do mesmo, os quais serão realizados quando as contraprestações mensais são recebidas e tributadas.

9.2. Tributos correntes

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal sobre imposto de renda	2.882.388	1.064.415
Base negativa sobre contribuição social	1.034.060	379.589
Ativo fiscal diferido	3.916.448	1.444.004

PIS diferido 2.106.695 604.165
COFINS diferido 9.703.565 2.782.822
SIS diferido 3.472.291 995.708
Imposto de renda diferido 13.200.005 3.987.585
Contribuição social diferida 4.752.002 1.435.531

Passivo fiscal diferido

	31/12/2022	31/12/2021
9.2. Tributos correntes	33.234.558	9.805.811

Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultado são reconciliados com as alíquotas estatutárias como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	29.570.668	12.309.749
Adições (exclusões) permanentes	7.119	(1,474,454)
Adições (exclusões) temporárias	(36,849,682)	(12,733,913)
Lucro real	(7,271,895)	(1,738,618)